

Número 31

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Comunicado da Presidência

PNAD 2008:

Primeiras Análises

- Demografia
- Trabalho
- Previdência

1º de outubro de 2009

Apresentação

O Comunicado da Presidência nº 31 segue uma série de análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada sobre a PNAD 2008 e aborda os temas de Trabalho, Previdência e Demografia¹. Analisando os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um grupo de Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do **Ipea** mostra que, em 2008, o mercado de trabalho brasileiro continuou apresentando uma evolução favorável, com queda da informalidade e aumento da renda. No tema Previdência, observou-se uma continuidade do aumento da cobertura previdenciária. Por fim, no que se refere aos aspectos demográficos, os dados da PNAD continuam mostrando um envelhecimento da população.

O presente Comunicado encontra-se constituído por três partes, a saber:

- Seção 1: analisa a evolução dos aspectos demográficos da população brasileira.
- Seção 2: analisa a evolução do mercado de trabalho no período 2001-2008.
- Seção 3: analisa a cobertura previdenciária da população brasileira e sua contribuição para a pobreza e da desigualdade.

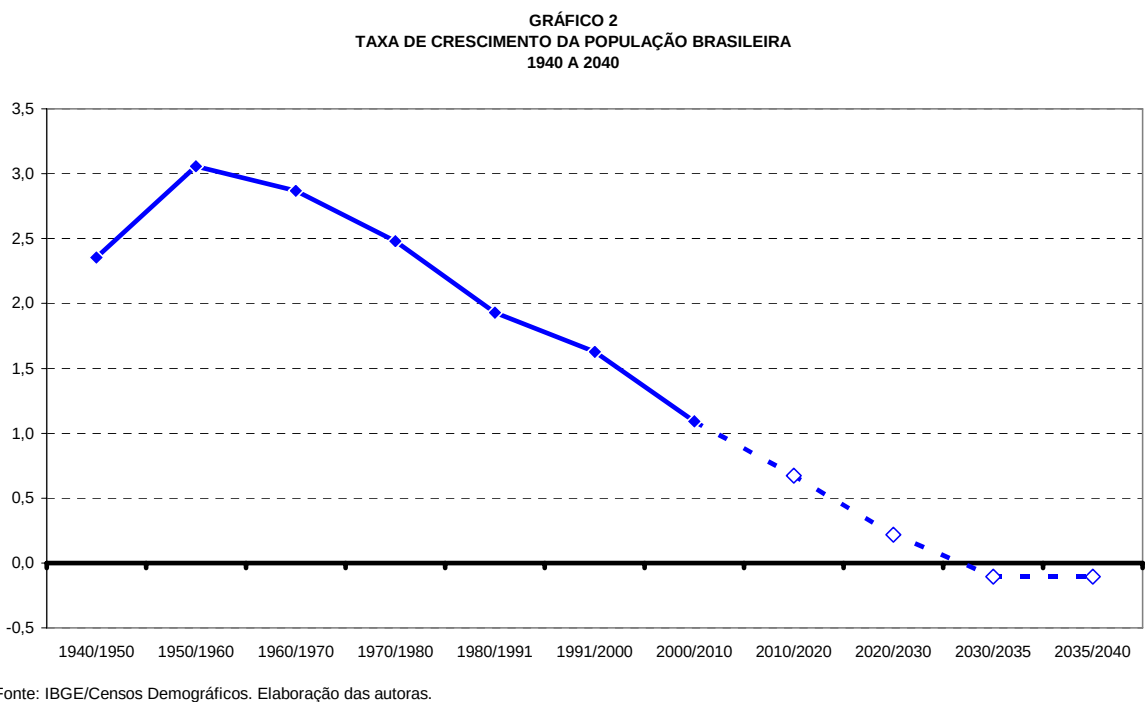
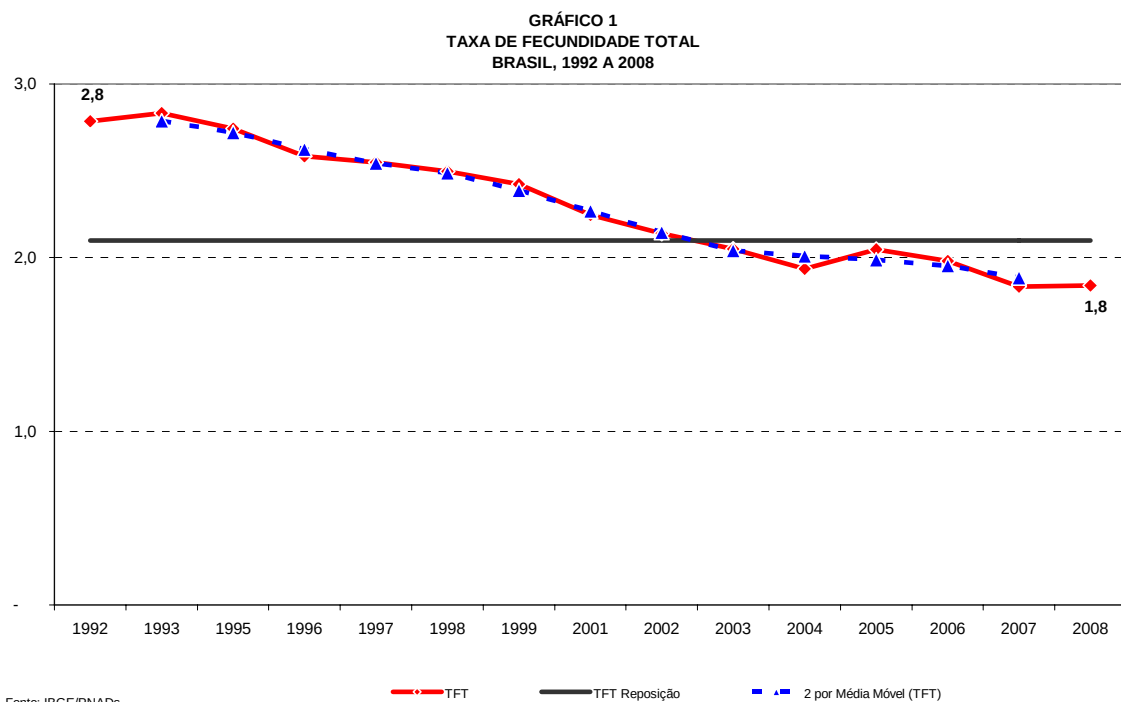
O Comunicado é o segundo de uma série de cinco volumes sobre os estudos da PNAD. As próximas publicações tratarão sobre juventude, gênero e migração; educação, raça e mudança social; habitação, saneamento e desenvolvimento agrário.

1. Demografia

Tendências da População Brasileira

Os resultados da PNAD de 2008 mostram a continuação da diminuição da taxa de fecundidade total para níveis abaixo aos de reposição: 1,8 filho por mulher (Gráfico 1). Essa queda iniciou-se na segunda metade dos anos 1960 e está implicando uma desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças na estrutura etária desta população. Esta poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar uma população superenvelhecida, reproduzindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, da Rússia, do Japão, etc (Gráfico 2).

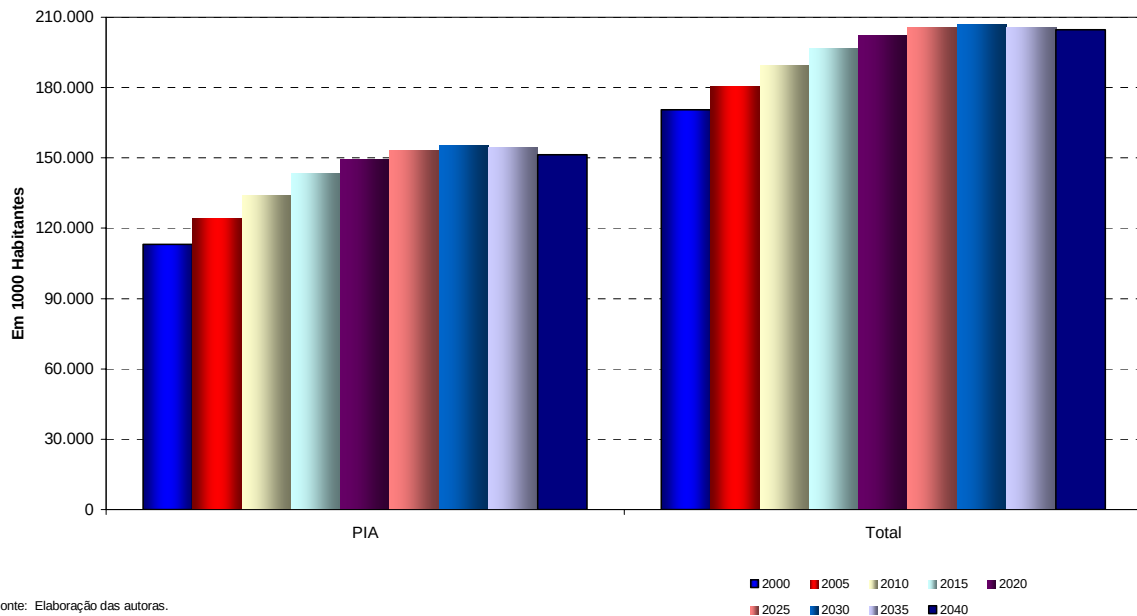
¹ Participaram da elaboração deste Comunicado da Presidência nº 31 os(as) pesquisadores(as) Ana Amélia Camarano, Solange Kanso, Carlos Henrique Corseuil, Lauro Ramos, Leonardo Alves Rangel, Jhonatan Ferreira e Maria Paula Gomes dos Santos.



Com os resultados da fecundidade apontados pela PNAD, projetou-se que a população brasileira atingirá o seu máximo em 2030, com um contingente de, aproximadamente, 206,8 milhões. Espera-se para 2040 um contingente menor, 204,7 milhões (ver Gráfico 3). Este contingente é resultado, principalmente, da dinâmica da fecundidade e da mortalidade, em curso ao longo do século XX e início do XXI. Ou seja, a diminuição da mortalidade acompanhada pela queda na fecundidade. Comparado à

experiência europeia, o movimento de passagem de um estágio de taxas de mortalidade e de fecundidade elevadas a um de mortalidade e fecundidade baixas estaria acontecendo no Brasil em velocidade acelerada.

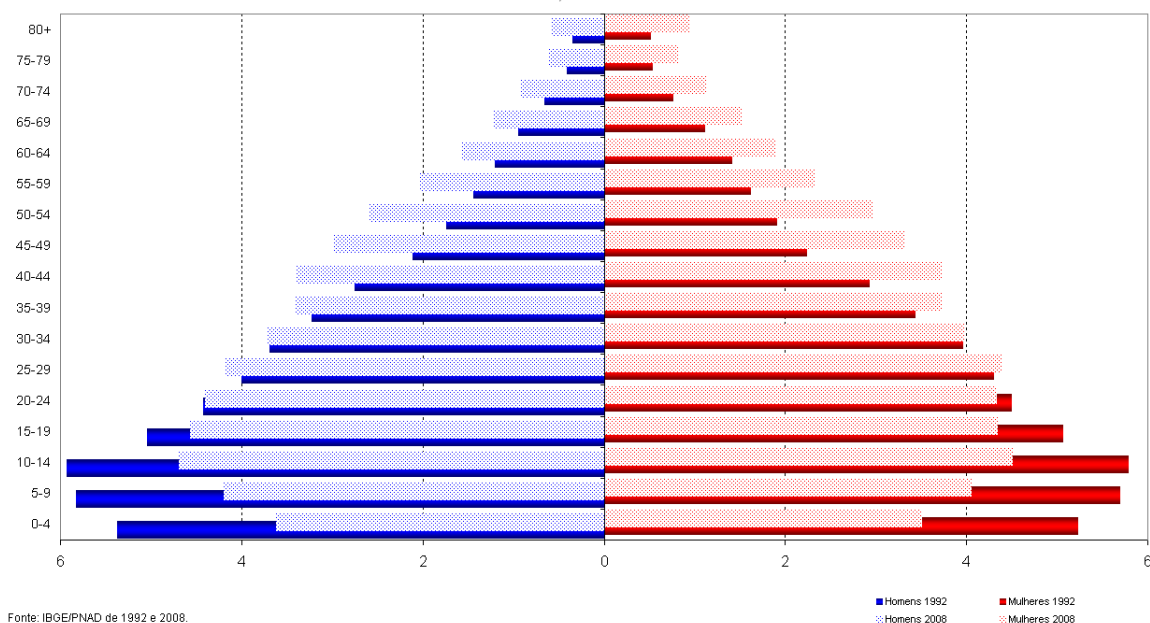
GRÁFICO 3
POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA PROJETADA
BRASIL, 2000 A 2040



A alta velocidade da queda da fecundidade e da mortalidade acarreta mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população e, também, na distribuição etária e na oferta de força de trabalho, dentre outras. A mudança mais importante ocorrida nos últimos anos foi o envelhecimento populacional, ou seja, uma mudança nos pesos da população. Pode se observar no Gráfico 4 que a população menor de 15 anos que fora responsável por 33,8% da população total em 1992 passou a constituir 24,5% desta população em 2008. Por outro lado, a população idosa que respondia por 7,9% da população brasileira passou a responder por 11,1%.² A população em idade ativa também aumentou a sua participação, tendo passado de 58,3% para 64,3%.

² Por população idosa, considerou-se a população de 60 anos e mais, tal como estabelecido pelo Estatuto do Idoso.

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO
BRASIL, 1992 E 2008



Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção por um período de tempo razoavelmente longo de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Isto implica uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população. Além do envelhecimento da população total, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos e mais, está aumentando também, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu. A sua participação na população brasileira passou de 0,9% para 1,5% entre 1992 e 2008. Embora o percentual seja baixo, está se falando de 2,8 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Isto leva a uma heterogeneidade do segmento idoso, aumenta a demanda por cuidados de longa duração, por serviços de saúde e requer pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período de tempo mais longo.

As perspectivas vislumbradas nas projeções mencionadas são de acelerado envelhecimento populacional, como mostrado no Gráfico 5. Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento, aqueles com idades abaixo de 30 anos, continuarão a experimentar e outros passarão a experimentar ao longo do período da projeção. Entre 2030-2035, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo são os de idade superior a 45 anos (ver Gráfico 6).

GRÁFICO 5
TAXA DE CRESCIMENTO POR GRUPO ETÁRIO
BRASIL, 2000 A 2040

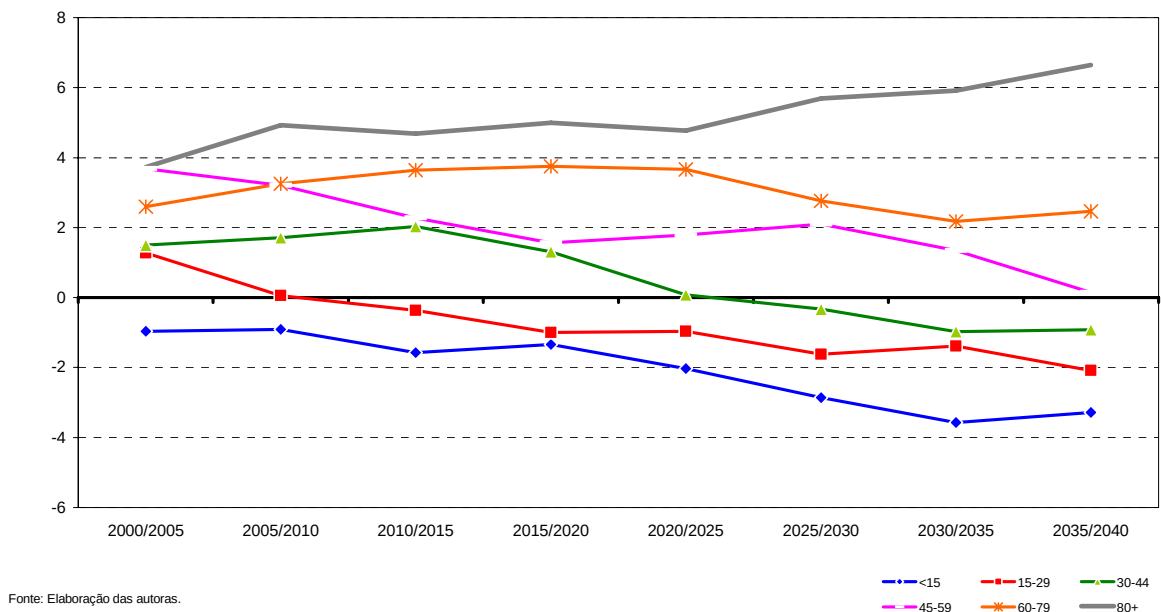
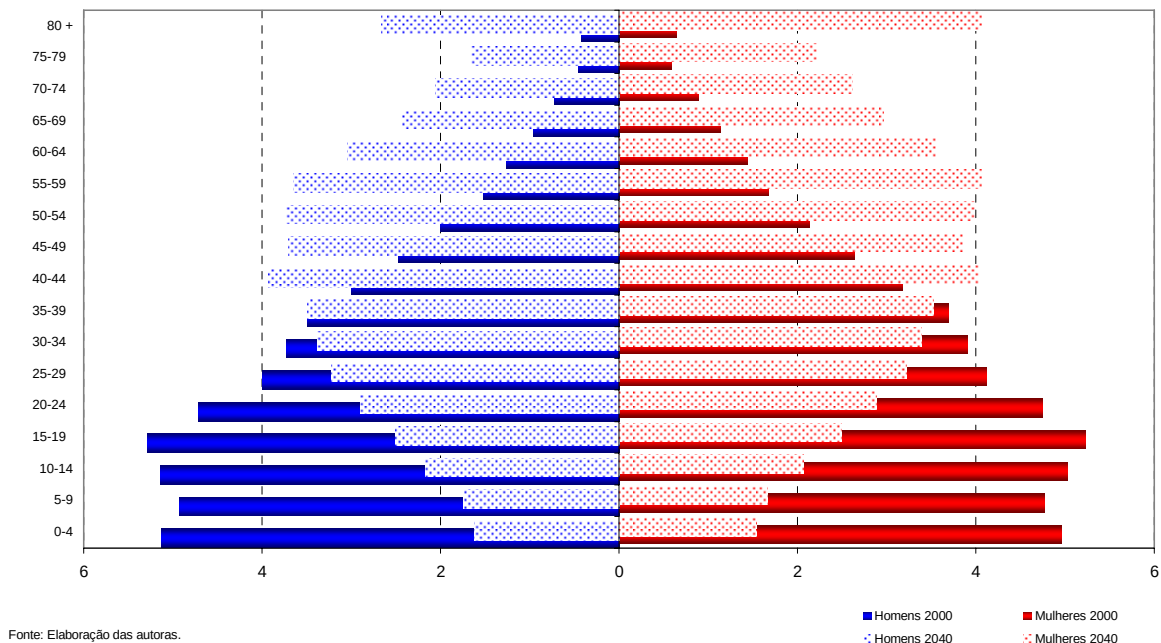


GRÁFICO 6
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO
BRASIL, 2000 E 2040

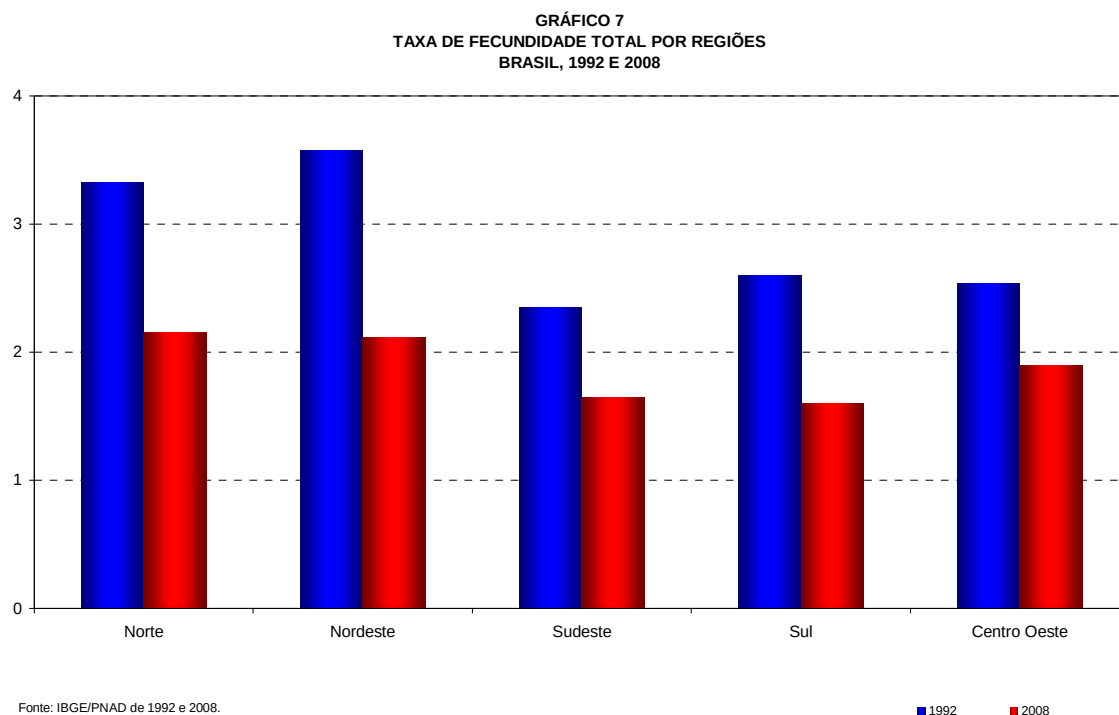


Com relação à população em idade ativa (PIA), considerada como a de 15 anos e mais, como mostrado no Gráfico 3, esta também crescerá até 2030 e, a partir daí, diminuirá. A participação do grupo jovem (15-29 anos) atingiu o seu máximo em 2000 e declinará substancialmente, o que deverá ocorrer de forma mais acentuada a partir de 2010. Espera-se que a participação relativa da PIA adulta (30-44 anos) permaneça aproximadamente estável até 2040, mas com acréscimo em valores absolutos. Já as

PIAs madura e idosa deverão experimentar um aumento tanto em valores absolutos quanto na sua participação no total da população. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho. Os novos empregos a serem gerados deverão se concentrar na população maior de 45 anos. Esta população deverá ser responsável por aproximadamente 48,3% da futura população em idade ativa.

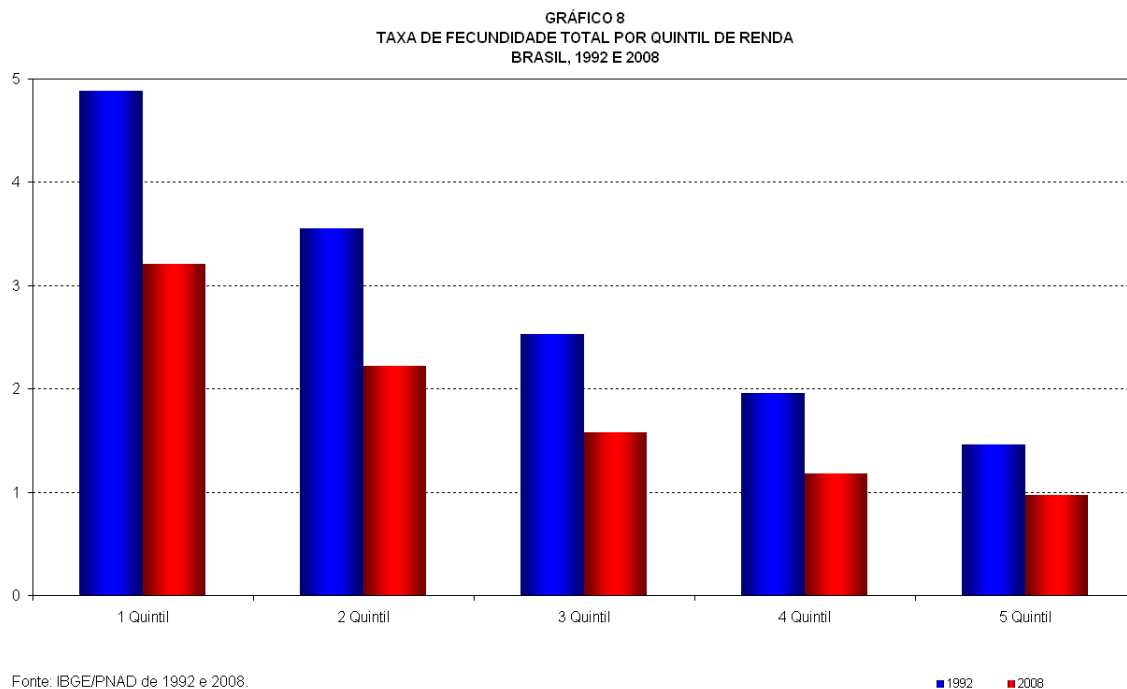
Desigualdades na Fecundidade

Embora a fecundidade tenha caído em todas as regiões do país, em todos os grupos sociais, isto ocorreu de forma diferenciada. O primeiro diferencial considerado foi o por regiões, que está mostrado no Gráfico 7. Este compara a Taxa de Fecundidade Total das cinco regiões brasileiras em 1992 e 2008. Em 1992, a mais alta taxa foi verificada na região Nordeste e, em 2008 na Norte. No entanto, embora esta taxa seja a mais alta, já atingiu o nível de reposição. Em ambos os anos, a mais baixa foi observada na região Sudeste, sendo que, no último ano, o valor alcançado foi de 1,6 filho, muito próximo ao valor observado para a região Sul. Os diferenciais regionais também diminuíram no período. Em 1992, uma mulher nordestina tinha 1,2 filho a mais que uma residente na região Sudeste. Este diferencial caiu para 0,5 filho em 2008. Já o diferencial entre as mulheres nortistas e as do Sudeste foi de 0,6. Sumarizando, a fecundidade de todas as regiões brasileiras já atingiu níveis de reposição.



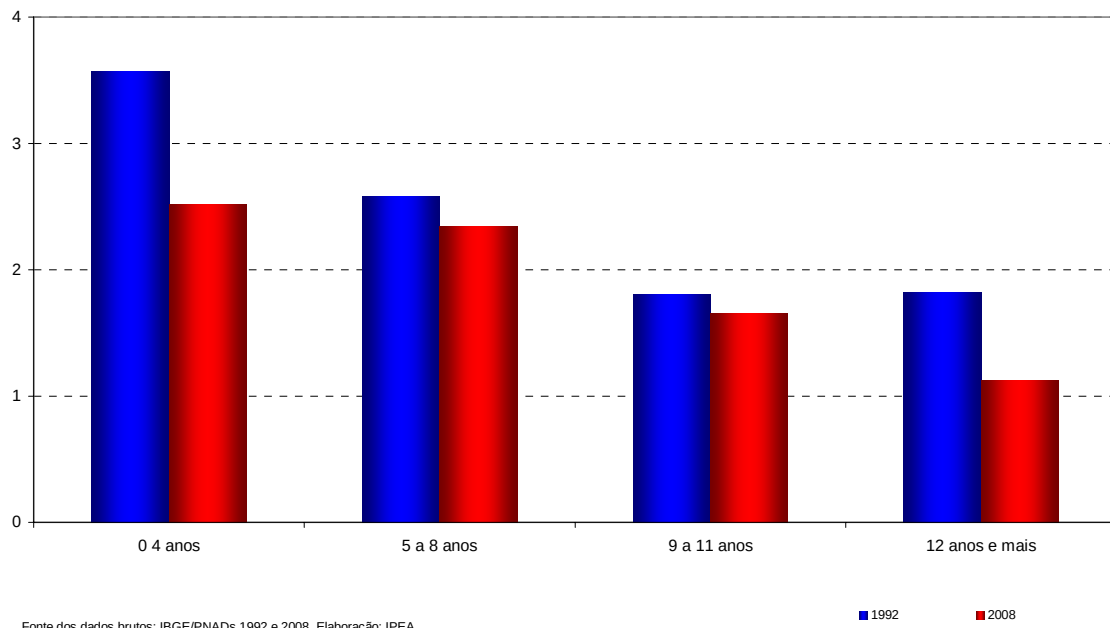
O segundo diferencial considerado foi o por nível de renda familiar, o que está mostrado no Gráfico 8. Como esperado, a fecundidade é mais elevada nas camadas de renda mais baixa, mas esses diferenciais também estão diminuindo ao longo do

tempo. Em 1992, era de 3,4 filhos a diferença no número de filhos tidos entre as mulheres de renda mais baixa e as de renda mais alta. Este diferencial reduziu-se para 2,2 em 2008. Salienta-se que as mulheres de renda mais alta estão experimentando taxas de fecundidade extremamente baixas, mais baixas que as de países como Itália, Espanha e Japão (1,0 e 1,3 filho por mulher).



O último diferencial considerado foi por anos de estudo. Como no caso da renda, maior escolaridade leva a uma taxa de fecundidade muito baixa, o que está mostrado no Gráfico 9. A fecundidade também diminuiu em todos os grupos de anos de estudo. Em 1992, uma mulher com o nível de educação mais baixo tinha 1,8 filho a mais que as com escolaridade mais alta. Em 2008, esse diferencial se reduziu para 1,4. A maior redução foi observada entre as mulheres com a maior e a menor escolaridade. A fecundidade destas já atingiu valores muito semelhantes à das de renda mais alta, 1,1 filho por mulher.

GRÁFICO 9
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO
BRASIL, 1992 E 2008



Estruturas Familiares e o novo papel social da mulher

Segundo Lesthague (1995)³, estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

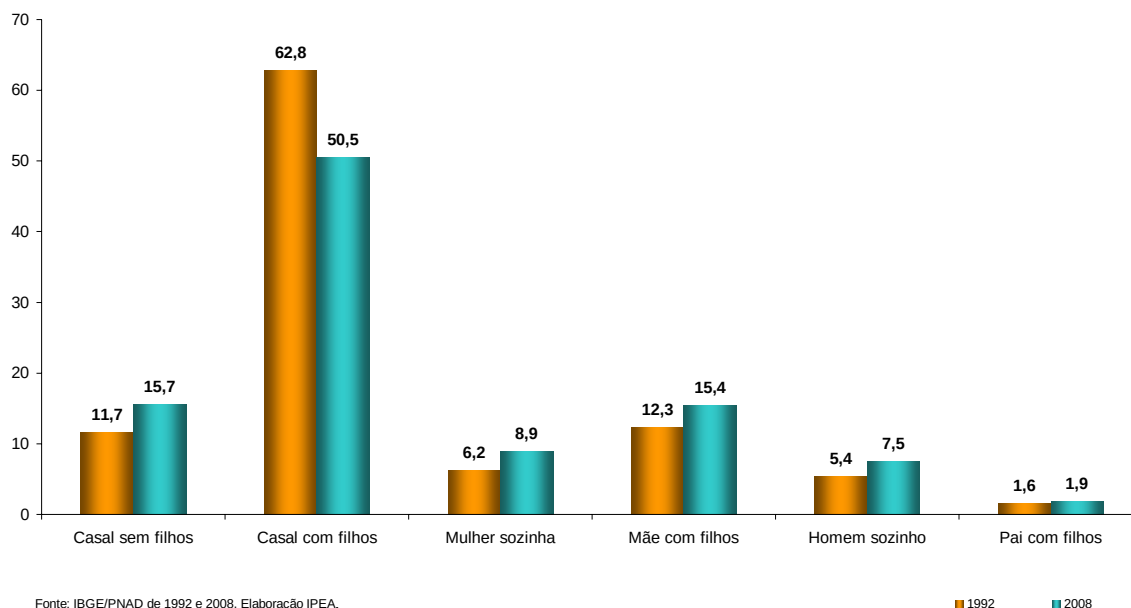
- Revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução;
- Revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento;
- Revolução no papel social da mulher e nas relações de gênero tradicionais: homem provedor X mulher cuidadora.

Essas revoluções estão em curso em quase todo o mundo desenvolvido e, também, no Brasil. Discute-se a seguir, brevemente, a segunda e a terceira revoluções mencionadas acima à luz dos resultados da PNAD de 2008.

O arranjo familiar predominante no Brasil é o do tipo casal com filhos, mas esta predominância vem decrescendo ao longo do tempo. Constituíam 62,8% do total de arranjos em 1992 e passaram a constituir 50,5% em 2008, conforme mostra o gráfico 10. Esse tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de chefes homens. Observou-se, no entanto, nos últimos 10 anos, um aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo de arranjo, ou seja, no formado por casais. A proporção de arranjos do tipo casal com e sem filhos chefiados por mulher passou de 4,5% em 1992 para 31,2% em 2008. Neste ano, 4,3 milhões de famílias brasileiras encontravam-se nessa categoria.

³ LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. In: Mason K.O. and Jerson, A-M (eds). **Gender and family change in industrialized countries**, Oxford: Clarendon Press, 1995.

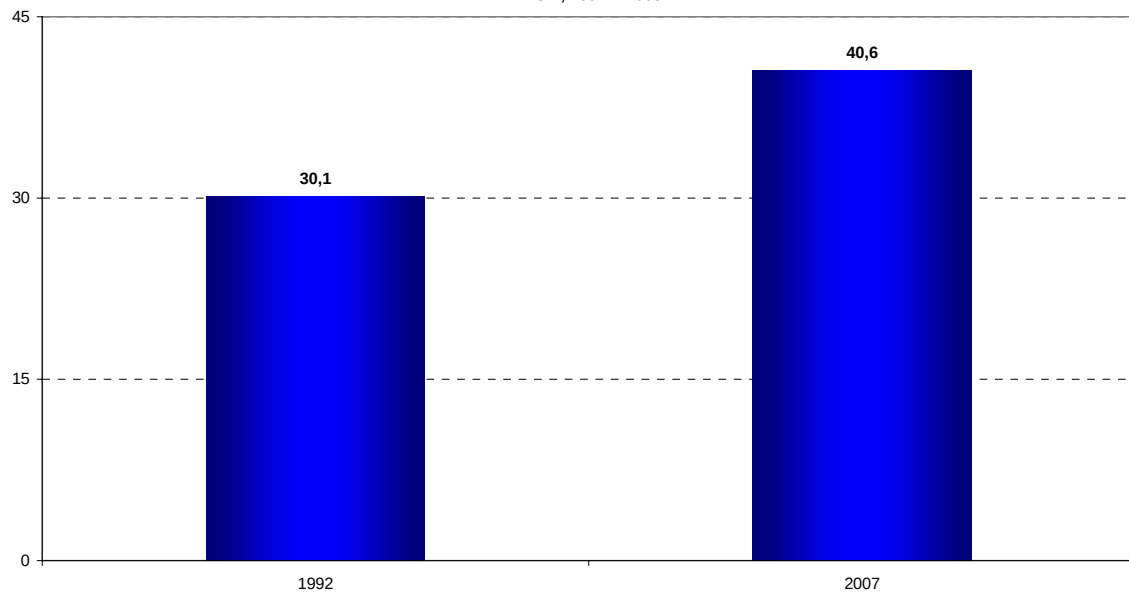
GRÁFICO 10
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS FAMILIARES BRASILEIROS PELO TIPO DE ARRANJO



A redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos, das monoparentais, principalmente, as chefiadas por mulheres e de homens morando sozinhos. No segundo tipo de arranjo, o mais frequente era o do tipo mãe com filhos. No total de arranjos brasileiros, a proporção de homens sozinhos cresceu de 5,4% para 7,5%. Ou seja, 4,3 milhões de homens brasileiros viviam sozinhos. No entanto, os domicílios formados por mulheres sozinhas são os mais expressivos. A sua proporção passou de 6,2% em 1992 para 8,9% em 2008 e significa 5,1 milhões de mulheres vivendo sozinhas.

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Esses fatores provocaram algumas mudanças nas características dos domicílios brasileiros alterando as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. Um dos indicadores dessas mudanças é dado pelo aumento da contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras. Esta passou de 30,1% para 40,6% (Gráfico 11). Mais expressivo, foi o aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda das suas famílias, que passou de 39,1% para 64,3%.

GRÁFICO 11
CONTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DAS MULHERES NA RENDA DAS FAMÍLIAS
BRASIL, 1992 E 2008



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2008.

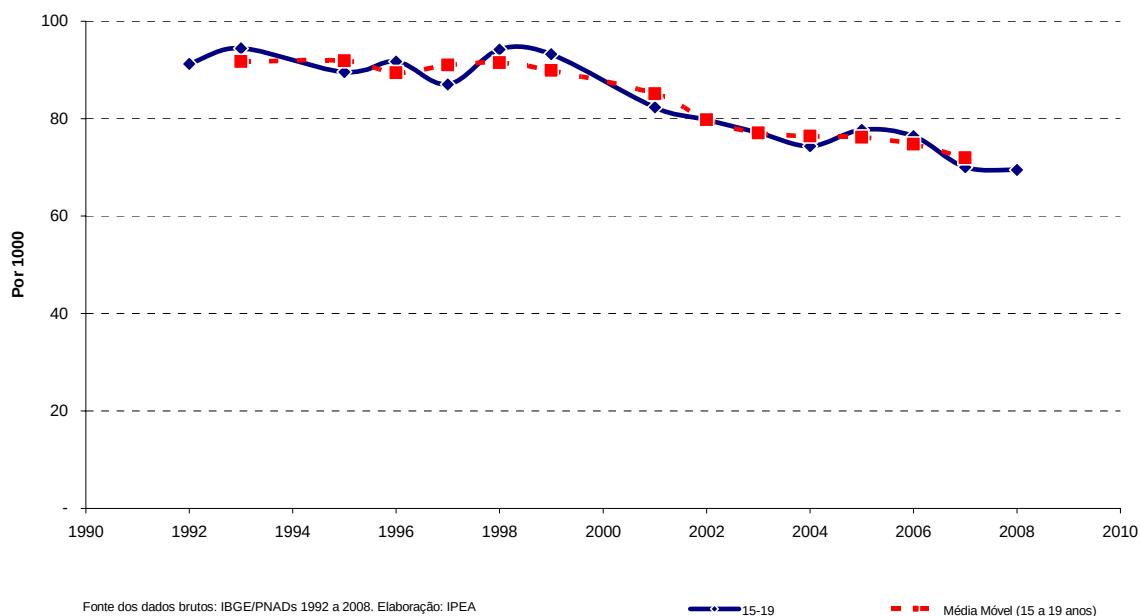
Apesar da mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2008, foi de 87,9% e a de homens, 46,1%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas dispendiam, em média, 20,9 horas semanais, e os homens, 9,2.

Sintetizando, a família brasileira está mudando, e a mulher é uma das grandes responsáveis por isto. Ela, hoje, está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação ativa do mercado, mas ainda mantém os tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas.

A Gravidez na Adolescência

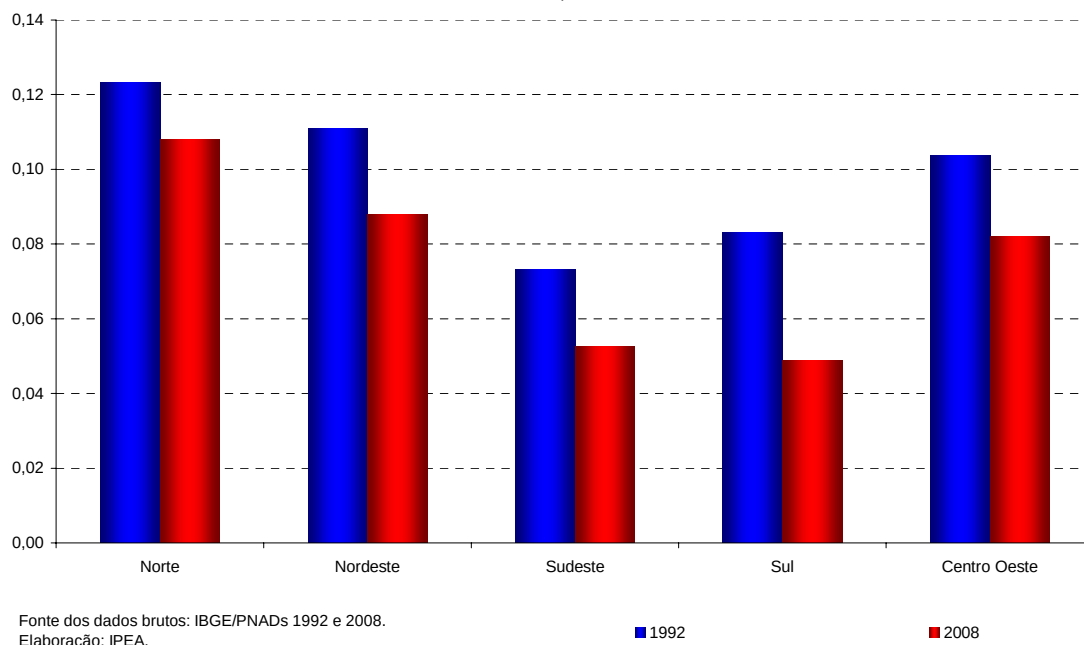
O aumento da fecundidade na adolescência é uma das consequências da revolução da família mencionada anteriormente: a dissociação da sexualidade do casamento. A queda mencionada da fecundidade ocorreu em todos os grupos de idades, inclusive entre as mulheres de 15 a 19 anos. Na verdade, a tendência foi de aumento até o final da década passada. Desde 2000, esse processo foi revertido. Em 1992, para cada 1.000 adolescentes, observou-se 91 filhos nascidos vivos. Em 2008, esta taxa se reduziu a 69 filhos nascidos vivos por 1.000 (Gráfico 12).

GRÁFICO 12
TAXA DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS
BRASIL, 1992 A 2008

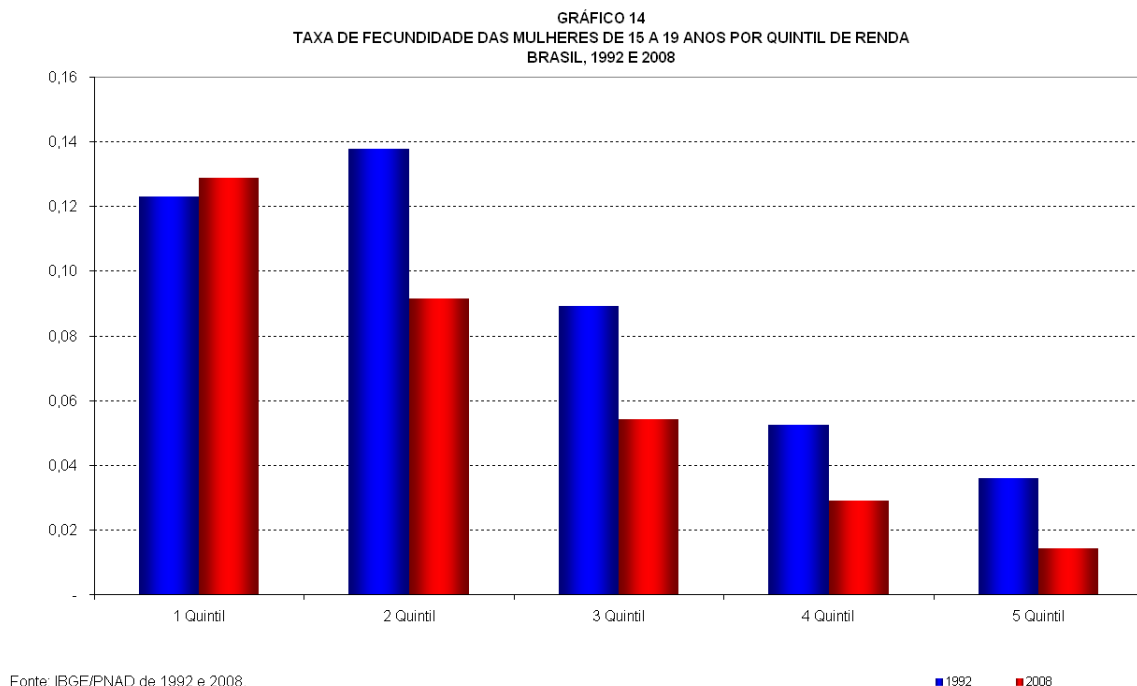


A fecundidade das adolescentes declinou em todas as regiões do país, como se pode ver no Gráfico 13, que compara 1992 com 2008. Os maiores decréscimos foram observados nas regiões Sul e Nordeste. Nos dois anos considerados, a fecundidade mais elevada foi observada na região Norte, e a mais baixa na Sul. O diferencial entre as regiões diminuiu no período considerado.

GRÁFICO 13
TAXAS DE FECUNDIDADE DAS MULHERES DE 15 A 19 ANOS SEGUNDO AS REGIÕES
BRASIL, 1992 E 2008

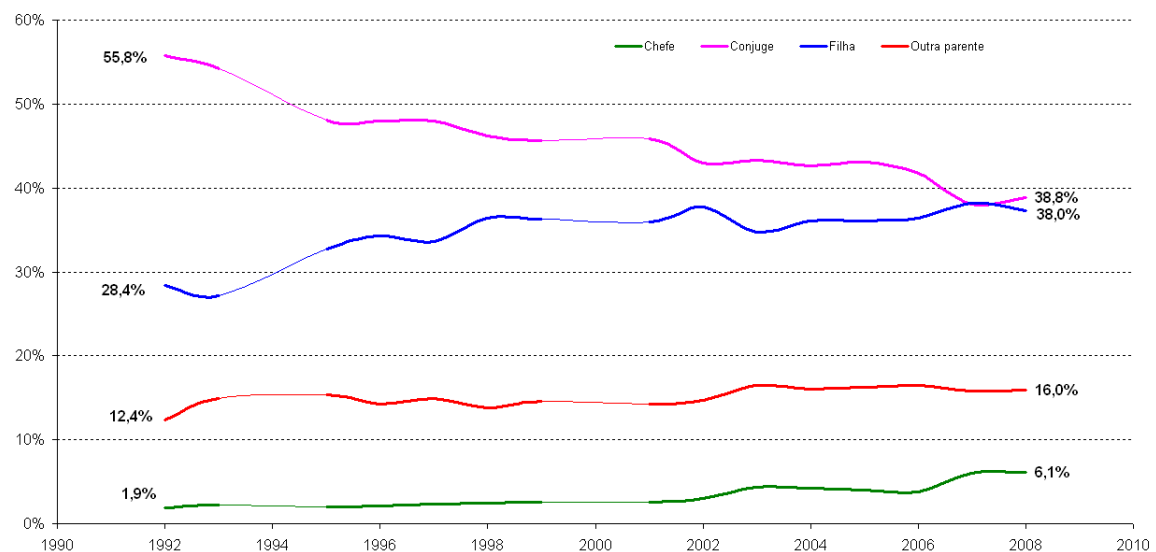


Com relação aos diferenciais por renda nesse indicador, em 2008, as taxas mais elevadas foram observadas para as jovens do quintil de renda mais baixo. O inverso se verificou para as do quintil de renda mais alto. A fecundidade declinou em todos os grupos de mulheres no período considerado, com exceção das do primeiro quintil, e os diferenciais por renda se ampliaram no tempo (Gráfico 14).



Dentre as adolescentes que tiveram filhos, predominaram as cônjuges, ou seja, pode-se dizer que a fecundidade ocorreu dentro de uma união, seja como resultado ou como consequência desta. Isto significa mulheres que já tinham constituído o seu domicílio e viviam com um companheiro. No entanto, a proporção de mães cônjuges decresceu no período, passando de 55,8% para 38,8%. Por outro lado, aumentou a proporção de mães adolescentes que estavam na condição de filhas e outros parentes (netos). Nestas duas posições, estavam 53,8% das mães adolescentes. Ou seja, 485,5 mil mulheres de 15 a 19 anos já tinham tido filhos e viviam na casa dos pais ou avós. Na verdade, a proporção de filhas praticamente se igualou a de cônjuges em 2008. Cresceu a proporção de mães adolescentes que chefiavam famílias; atingiu 6,1% em 2008, ou seja, 55,3 mil adolescentes eram mães e chefiavam famílias (Gráfico 15).

GRÁFICO 15
PROPORÇÃO DE MULHERES DE 15 A 19 ANOS QUE TIVERAM FILHOS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO
BRASIL, 1992 A 2008



Fonte: IBGE/PNADs.

2. Mercado de Trabalho

O presente texto tem por objetivo a avaliação do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2008, com base nos dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto do desempenho ao longo da década.⁴ De modo geral os resultados para o mercado de trabalho foram positivos, dando sequência à tendência dos últimos anos e confirmando os movimentos identificados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) até o final do terceiro trimestre do ano passado, quando os impactos da crise internacional começaram a se fazer sentir na demanda por trabalho.

A população em idade ativa (PIA), em 2008, foi de 158,2 milhões de pessoas.⁵ Deste total, cerca de 62% (98 milhões) eram economicamente ativas (PEA) e, conseqüentemente, estavam inseridas no mercado de trabalho: 90,9 milhões de trabalhadores ocupados e 7,1 milhões de desempregados. Ao comparar os dados de 2008 com os de 2001, pode-se observar que a PIA teve uma variação de 13,9% (cerca de 19 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 16,7%

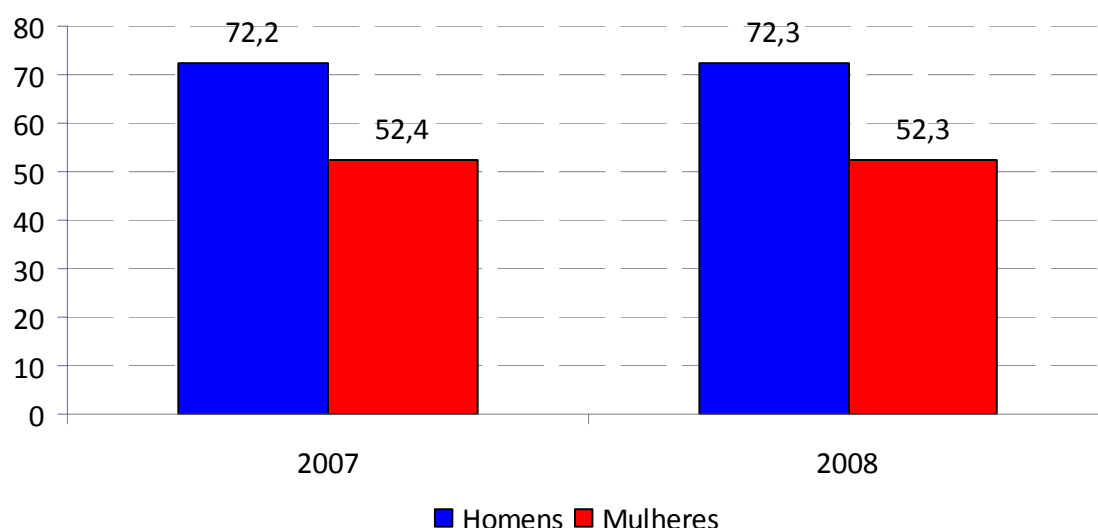
⁴ Cabe esclarecer de início que os nossos resultados para os últimos anos são ligeiramente diferentes dos divulgados pelo IBGE, na medida em que se procura harmonizar as séries no que diz respeito à inclusão ou não da área rural da região Norte na amostra da pesquisa.

⁵ Um panorama geral a respeito das grandezas e indicadores pertinentes ao mercado de trabalho em 2007 e 2008 é fornecido no fluxograma ao final, enquanto a evolução de 2001 a 2008 está na figura 3, também ao final.

(14 milhões). Em 2008 a taxa de participação (razão entre PEA e PIA) se manteve praticamente constante em relação a 2007. Esse fato vale para ambos os sexos como pode ser constatado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1

Taxa de participação por gênero – 2007 e 2008



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

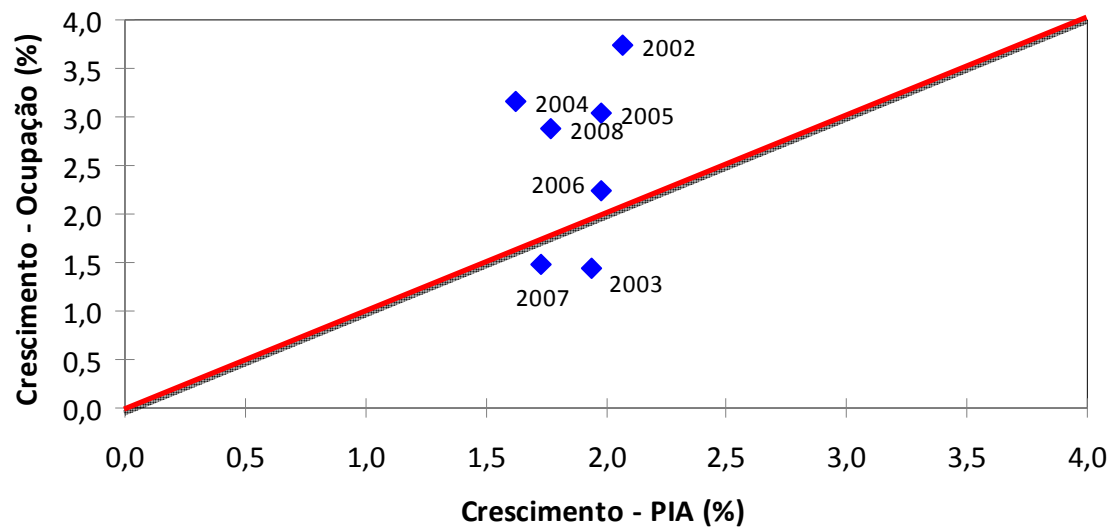
Um ponto a ser destacado é que o crescimento da população ocupada em 2008, que atingiu 90,9 milhões de trabalhadores comparado a 88,4 milhões em 2007, 2,9%,⁶ foi superior ao da média do período em análise. De fato, o gráfico 2, que apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa⁷, deixa claro que em 2008 a expansão dos postos de trabalho foi bem superior ao crescimento da PIA, ainda que isso também tenha acontecido em outros anos (2002, 2004 e 2005). No período como um todo a variação da ocupação total foi de 19,4%, o que corresponde a uma taxa média de 2,6% a.a..

⁶ Vale destacar, este crescimento chega a 3,8% quando não são consideradas as atividades não remuneradas, produção para consumo próprio e construção para fins próprios.

⁷ Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas podem ser devido ao caráter amostral da pesquisa.

Gráfico 2

Crescimento ocupacional em relação ao crescimento da PIA
(Em %)



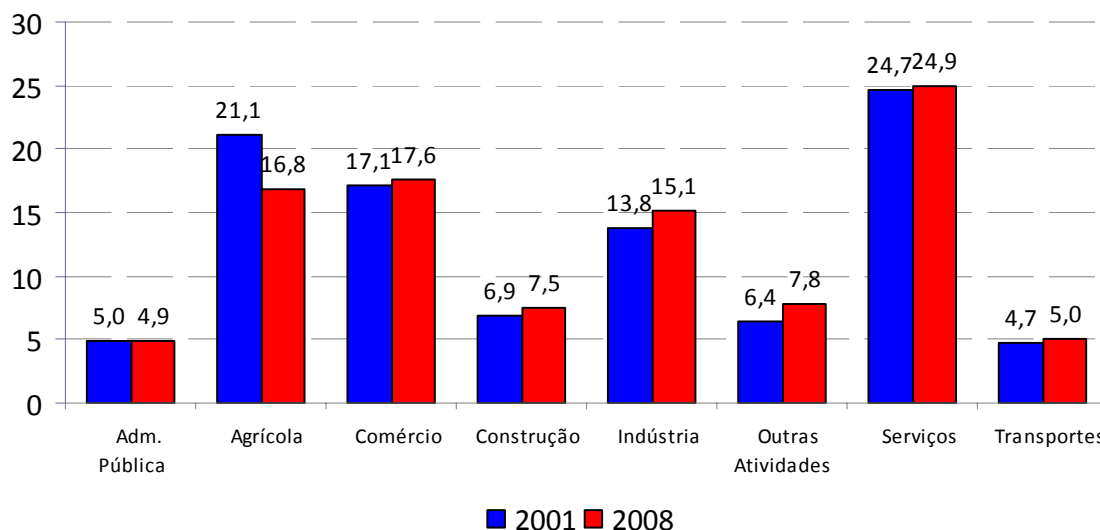
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

Em relação à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2008 e 2001 remete ao fato de que praticamente todos os setores de atividade considerados aumentaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-3,5%). Entre os demais setores que apresentaram crescimento no período em estudo, administração pública, e comércio registraram taxas de crescimento semelhantes ao do total de ocupados (20% e 21,6% respectivamente), enquanto indústria, serviços e construção cresceram a taxas superiores à média.

A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001 e em 2008 pode ser visualizada no Gráfico 3, onde fica evidente a queda no nível do emprego agrícola.

Gráfico 3

Participação da população ocupada por setor de atividade – 2001 e 2008
(Em %)



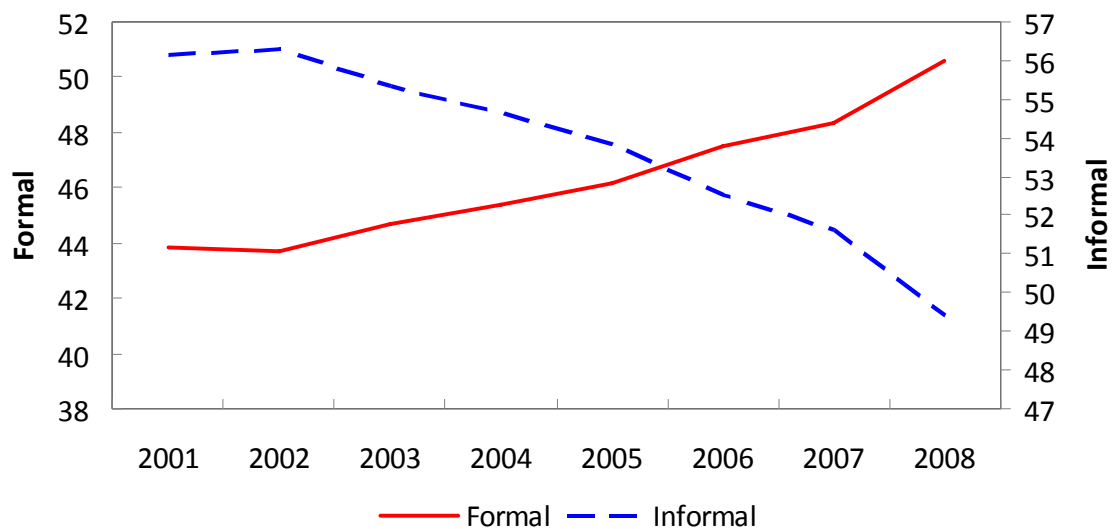
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

Ao examinar a evolução da ocupação entre 2007 e 2008, chama atenção o fato de que a ordem de grandeza da variação nos postos de trabalho ditos protegidos (assalariamento com carteira, estatutários e militares) foi similar à da variação do total de ocupados (2,3 milhões e 2,5 milhões, respectivamente). Uma consequência disto foi a queda do grau de informalidade,⁸ que em 2008 ficou em 49,4%, o menor nível da década. Na verdade, conforme pode ser verificado no Gráfico 4, o grau de informalidade vem declinando desde 2002, em contrapartida, a população ocupada protegida aumentou sua participação no total de ocupados em quase 7 p.p., nesse mesmo período.

⁸ O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados => trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados / trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos + empregadores.

Gráfico 4

Percentual dos empregos formais e das ocupações informais
(Em %)

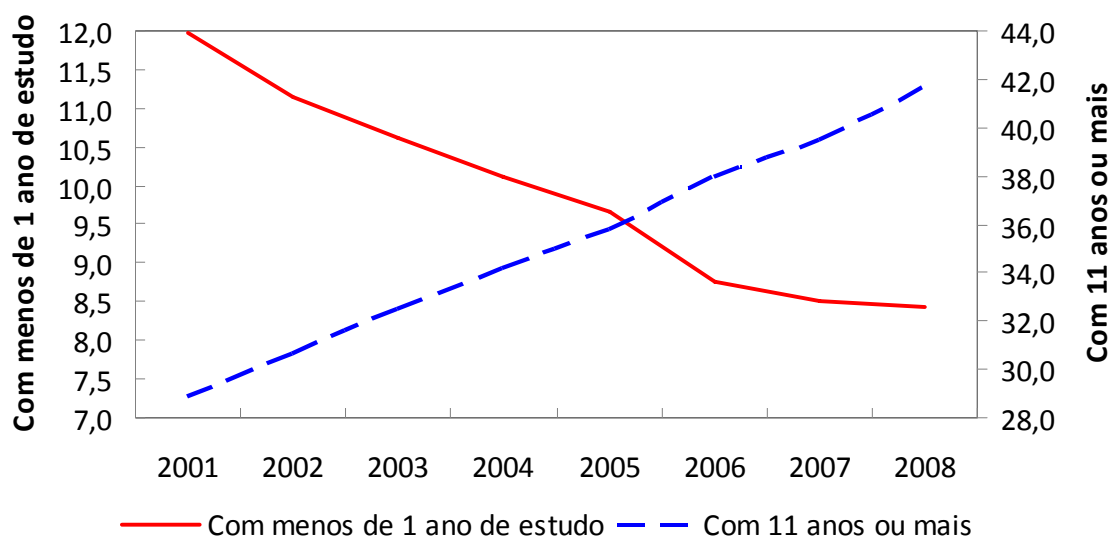


Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, há indícios de que houve algum viés favorável à demanda por mão-de-obra qualificada nos últimos anos: o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais cresceu no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 70%, na comparação entre valores de 2001 e 2008. Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no total de ocupados – a queda para aqueles sem nenhum ano completo de estudo foi superior a 15%. O gráfico 5 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total. Também vale observar que entre 2007 e 2008 houve uma clara inflexão na trajetória dos menos escolarizados, que podem ter sido atraídos pelas boas condições oferecidas pelo mercado de trabalho.

Gráfico 5

Pessoas ocupadas por anos de estudos
(Em %)



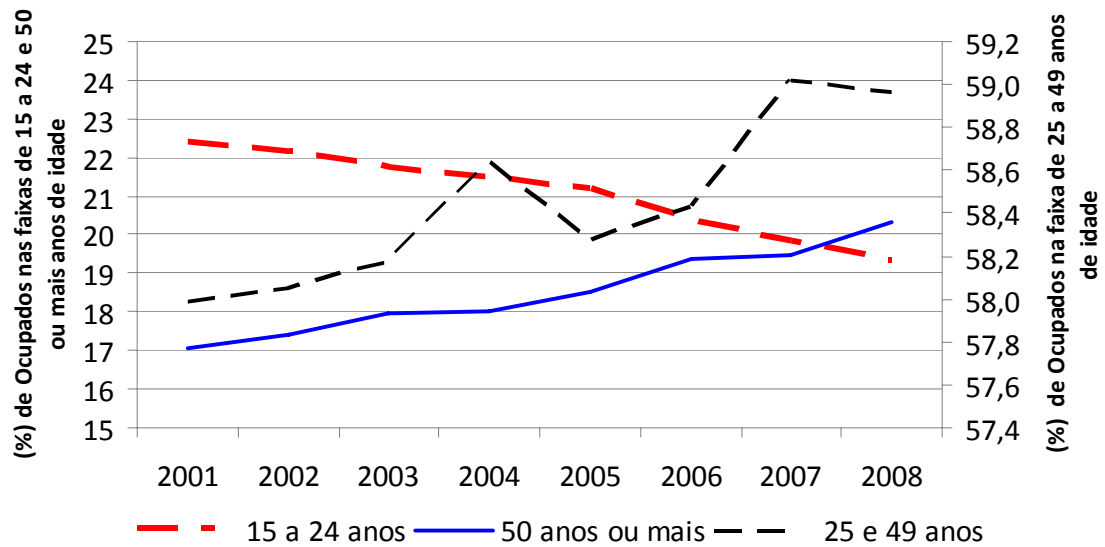
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

Na análise por faixa etária, nota-se (vide Gráfico 6a) que a participação do grupo mais jovem, de 15 a 24 anos de idade, entre os ocupados experimentou no decorrer da década um decréscimo de 3 pp. Por outro lado, as participações das faixas de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais de idade apresentaram crescimentos de, respectivamente, 1 e 3 pp. A participação da faixa de 10 a 14 anos no total de ocupados é analisada a parte no Gráfico 6b. Além de constatar que a participação desse grupo vem caindo ao longo da década (com exceção de 2005), pode-se também averiguar que há uma aceleração dessa queda no último ano do período dos anos 2000.⁹

⁹ Uma análise mais detalhada do trabalho infantil será feita em outro texto.

Gráfico 6a

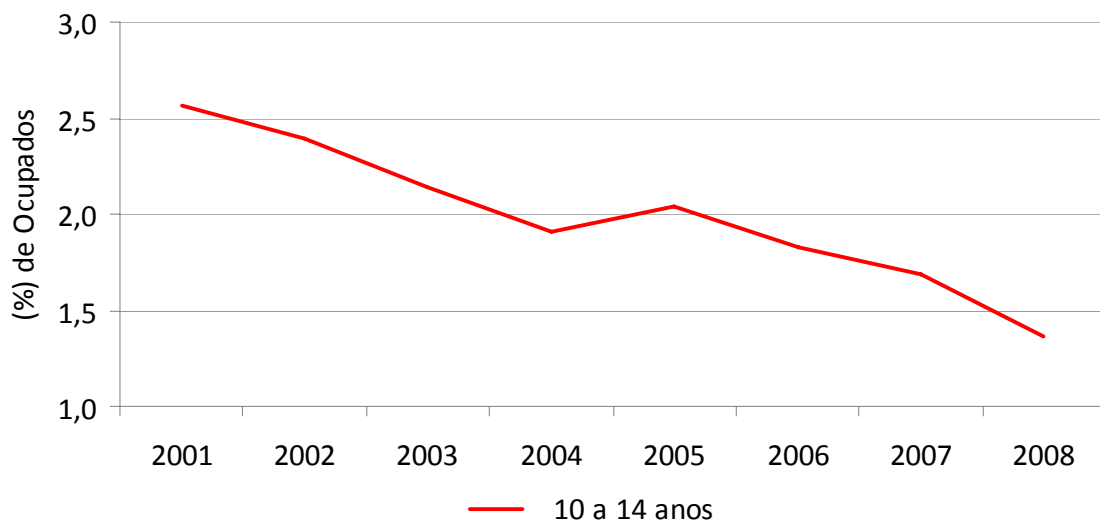
Pessoas ocupadas por faixa etária
(Em %)



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

Gráfico 6b

Pessoas ocupadas por faixa etária
(Em %)



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

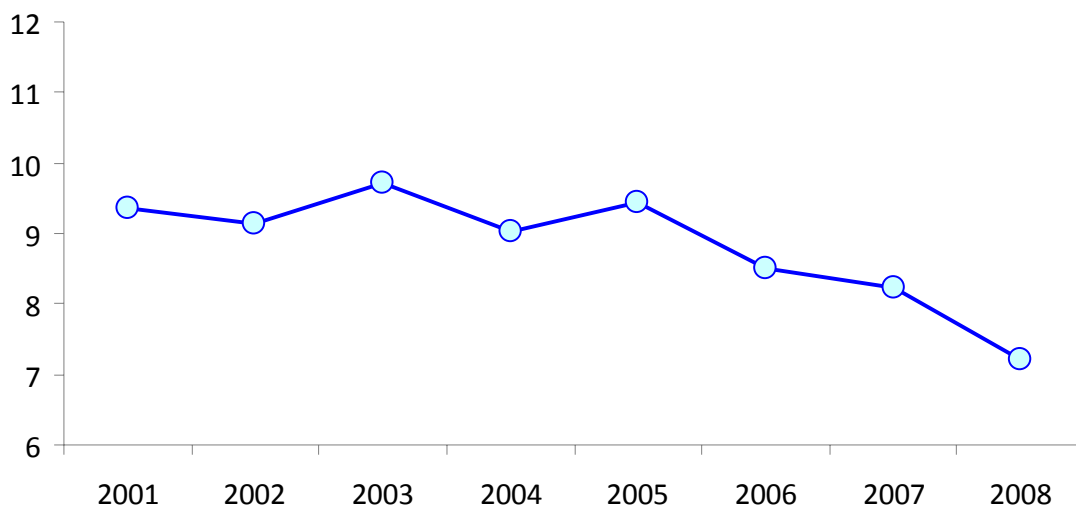
A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação,¹⁰ por sua vez, atingiu em 2008 o menor valor da década: 7,2%. Além desse fato, o Gráfico 7 indica que a queda registrada para o último ano foi a maior entre 2001 e 2008. Pode-se dizer, assim, que o determinante mais importante de tal redução foi um aumento na demanda por

¹⁰ Proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas.

trabalho, tendo em vista a forte alta da ocupação com uma taxa de participação estável.

Gráfico 7

Taxa de desocupação
(Em %)



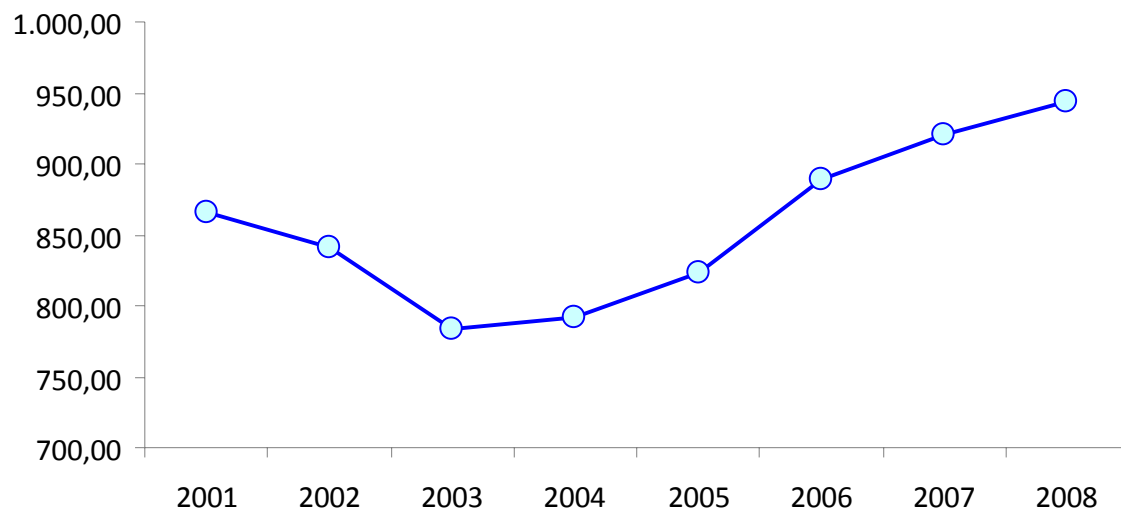
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

O rendimento¹¹ real médio de todos os trabalhos em 2008 (R\$ 944,38) correspondeu ao maior valor desde 2001, corroborando com a hipótese de aumento na demanda por trabalho. O gráfico a seguir mostra que nos últimos anos os rendimentos reais vêm apresentando uma trajetória de recuperação, após reduções expressivas no início da década.

¹¹ O cálculo do rendimento médio leva em consideração a população ocupada remunerada e não remunerada.

Gráfico 8

Rendimento médio de todos os trabalhos
(Em R\$ de setembro de 2008)



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

O conjunto de informações aqui apresentadas deixa claro que o desempenho do mercado em 2008 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória de recuperação iniciada em 2004. Tal desempenho fez a economia atingir seu melhor momento na década: menor taxa de desemprego, maior nível de ocupação, menor grau de informalidade, maior patamar de rendimentos reais, entre outros indicadores.

Panorama Geral 2001-2008 (Série Harmonizada)^{1*}

	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	Cresc. méd 2001-2008	Cresc. (%) 2001-2008	Cresc. (%) 2001-2007	Cresc. (%) 2007 -2008
PIA	138.962	141.831	144.586	146.931	149.840	152.811	155.455	158.210	1,9	13,9	11,9	1,8
PEA	84.017	86.962	88.774	90.870	94.046	95.179	96.308	98.009	2,2	16,7	14,6	1,8
PNEA	54.927	54.856	55.793	56.047	55.783	57.632	59.147	60.201	1,3	9,6	7,7	1,8
Taxa de Participação	60,5	61,3	61,4	61,9	62,8	62,3	62,0	61,9	0,2	1,5	1,5	0,0
Taxa de Desemprego	9,35	9,15	9,72	9,02	9,43	8,50	8,23	7,22	-0,3	-2,1	-1,1	-1,0
Ocupação Total	76.163	79.008	80.147	82.674	85.180	87.091	88.385	90.935	2,6	19,4	16,0	2,9
Empregado e trabalhador domésticos	47.237	48.937	49.685	52.520	53.954	55.874	57.654	60.314	3,6	27,7	22,1	4,6
Com carteira de trabalho assinada	23.919	24.710	25.581	27.083	28.473	29.728	31.423	33.497	4,9	40,0	31,4	6,6
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	3,8	29,6	24,2	4,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	18.410	19.182	18.812	19.916	20.032	20.319	20.137	20.456	1,5	11,1	9,4	1,6
Sem Declaração										-		-
Empregado	41.294	42.826	43.534	46.119	47.375	49.205	51.036	53.738	3,8	30,1	23,6	5,3
Com carteira de trabalho assinada	22.370	23.136	23.920	25.428	26.746	27.915	29.619	31.727	5,1	41,8	32,4	7,1
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	3,8	29,6	24,2	4,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	14.015	14.645	14.321	15.168	15.180	15.463	15.323	15.649	1,6	11,7	9,3	2,1
Sem Declaração										-		-
Trabalhador doméstico	5.943	6.111	6.151	6.402	6.579	6.670	6.619	6.576	1,5	10,7	11,4	-0,6
Com carteira de trabalho assinada	1.548	1.574	1.661	1.654	1.727	1.813	1.805	1.769	1,9	14,3	16,6	-2,0
Sem carteira de trabalho assinada	4.394	4.537	4.491	4.747	4.851	4.856	4.814	4.807	1,3	9,4	9,5	-0,2
Sem Declaração										-		-
Conta própria	16.995	17.595	17.927	18.008	18.311	18.346	18.601	18.221	1,0	7,2	9,4	-2,0
Empregador	3.213	3.351	3.357	3.421	3.611	3.903	3.349	4.098	3,5	27,6	4,2	22,4
Não remunerado	5.643	5.830	5.691	5.432	5.455	4.991	4.914	4.276	-3,9	-24,2	-12,9	-13,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2.914	3.138	3.367	3.192	3.729	3.838	3.725	3.919	4,3	34,5	27,8	5,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	149	149	117	99	121	135	142	107	-4,6	-28,2	-4,4	-24,9
Rendimento**	866,18	841,21	784,14	792,03	822,76	888,98	920,69	944,38	1,2	9,0	6,3	2,6
População Ocupada Por Grupo de Idade												
10 a 14 anos	1.957	1.891	1.713	1.578	1.740	1.590	1.490	1.241	-6,3	-36,6	-23,9	-16,7
15 a 17 anos	3.283	3.331	3.215	3.204	3.167	3.050	2.977	2.905	-1,7	-11,5	-9,3	-2,4
18 e 19 anos	3.573	3.492	3.387	3.550	3.547	3.550	3.563	3.500	-0,3	-2,0	-0,3	-1,8
20 a 24 anos	10.186	10.653	10.802	10.985	11.308	11.152	10.993	11.174	1,3	9,7	7,9	1,7
25 a 29 anos	9.815	10.155	10.415	10.816	11.336	11.585	11.790	12.205	3,2	24,3	20,1	3,5
30 a 39 anos	19.287	19.802	19.907	20.493	20.753	21.158	21.561	21.975	1,9	13,9	11,8	1,9
40 a 49 anos	15.059	15.900	16.293	17.168	17.528	18.145	18.812	19.441	3,7	29,1	24,9	3,3
50 a 59 anos	8.317	8.848	9.246	9.736	10.399	11.104	11.400	12.195	5,6	46,6	37,1	7,0
60 anos ou mais	4.678	4.924	5.151	5.140	5.363	5.757	5.802	6.299	4,3	34,6	24,0	8,6
População Ocupada Por Escolaridade												
Sem instrução e menos de 1 ano	9.118	8.813	8.515	8.353	8.221	7.630	7.518	7.678	-2,4	-15,8	-17,5	2,1
1 a 3 anos	10.585	10.471	9.899	9.605	9.706	9.206	9.015	8.285	-3,4	-21,7	-14,8	-8,1
4 a 7 anos	22.277	22.868	22.517	22.480	22.697	22.703	21.739	21.346	-0,6	-4,2	-2,4	-1,8
8 a 10 anos	12.203	12.603	13.179	13.952	14.044	14.507	15.226	15.762	3,7	29,2	24,8	3,5
11 anos ou mais	21.964	24.240	26.027	28.280	30.509	33.038	34.888	37.864	8,1	72,4	58,8	8,5
População Ocupada Por Setor de Atividade												
Agrícola	15.867	16.353	16.650	16.555	16.906	16.331	15.614	15.305	-0,5	-6,4	-1,6	-2,0
Indústria	11.115	11.235	11.495	12.224	12.610	12.843	13.471	13.766	3,1	22,5	21,2	2,2
Indústria de Transformação												
Construção	5.295	5.617	5.217	5.288	5.565	5.744	5.988	6.826	3,7	21,5	13,1	14,0
Comércio	13.142	13.553	14.200	14.509	15.338	15.511	16.037	15.985	2,8	17,9	22,0	-0,3
Alojamento e Alimentação	2.937	2.931	2.890	2.989	3.144	3.351	3.295	3.560	2,8	21,5	12,2	8,0
Transporte, armazenagem e comunicação	3.567	3.687	3.716	3.852	3.915	4.002	4.286	4.565	3,6	23,8	20,2	6,5
Administração pública	3.751	3.874	3.991	4.172	4.232	4.399	4.437	4.501	2,6	16,2	18,3	1,4
Educação, saúde e serviços sociais	6.717	7.061	7.162	7.320	7.557	7.882	8.228	8.476	3,4	20,0	22,5	3,0
Serviços domésticos	5.946	6.113	6.152	6.403	6.579	6.671	6.619	6.576	1,4	7,6	11,3	-0,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.891	3.146	2.977	3.468	3.261	3.747	3.646	4.065	5,0	29,2	26,1	11,5
Outras Atividades	4.721	5.235	5.499	5.674	5.885	6.411	6.566	7.114	6,0	35,9	39,1	8,3
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	213	202	198	220	189	199	198	194	-1	-4,1	-7,2	-1,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD de 2001 a 2008

Nota: 1 - Excluindo a área rural da região Norte.

* Dados Harmonizados gerados pelo MTRAD com a metodologia do IBGE

** Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da PIA ocupadas

3. Previdência

Esta breve nota tem o objetivo de analisar os dados da PNAD 2008 relativos à Previdência Social e compará-los com outras edições da mesma pesquisa. Estará em foco, especialmente:

- i. A cobertura previdenciária da população brasileira;
- ii. O papel da Previdência Social na redução da pobreza; e
- iii. O efeito distributivo exercido pelos benefícios previdenciários.

Cobertura previdenciária

A análise da cobertura previdenciária aqui realizada levará em consideração dois grupos populacionais: a população economicamente ativa (PEA) e os idosos. Esta seção apresenta a evolução da cobertura previdenciária da PEA durante a década atual. A PEA consiste no conjunto dos indivíduos entre 16 e 64 anos que trabalham ou estão desocupados. A Tabela 1 apresenta os resultados por posição na ocupação.

Tabela 1

Cobertura Previdenciária da População Economicamente Ativa – diversos anos

<i>Posição</i>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Empr. com carteira	30,4%	30,3%	30,6%	31,1%	31,7%	32,7%	34,1%	35,7%
Func. Publ (incl. militar)	6,2%	6,2%	6,3%	6,3%	6,0%	6,4%	6,6%	6,8%
Contr. ind.	7,7%	7,3%	7,6%	7,5%	7,9%	8,3%	8,4%	8,6%
<i>Contribuintes</i>	44,3%	43,8%	44,4%	44,9%	45,6%	47,3%	49,1%	51,0%
Seg Especial	10,5%	10,7%	10,6%	10,8%	10,4%	9,6%	9,0%	8,6%
<i>Cobertos</i>	54,8%	54,4%	55,0%	55,8%	56,0%	57,0%	58,1%	59,6%
Desempregados	9,4%	9,2%	9,8%	9,0%	9,4%	8,5%	8,2%	7,2%
Informais	35,8%	36,4%	35,2%	35,3%	34,7%	34,5%	33,7%	33,2%
<i>Não-contr. (descobertos)</i>	45,2%	45,6%	45,0%	44,2%	44,0%	43,0%	41,9%	40,4%
<i>Total (PEA)</i>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

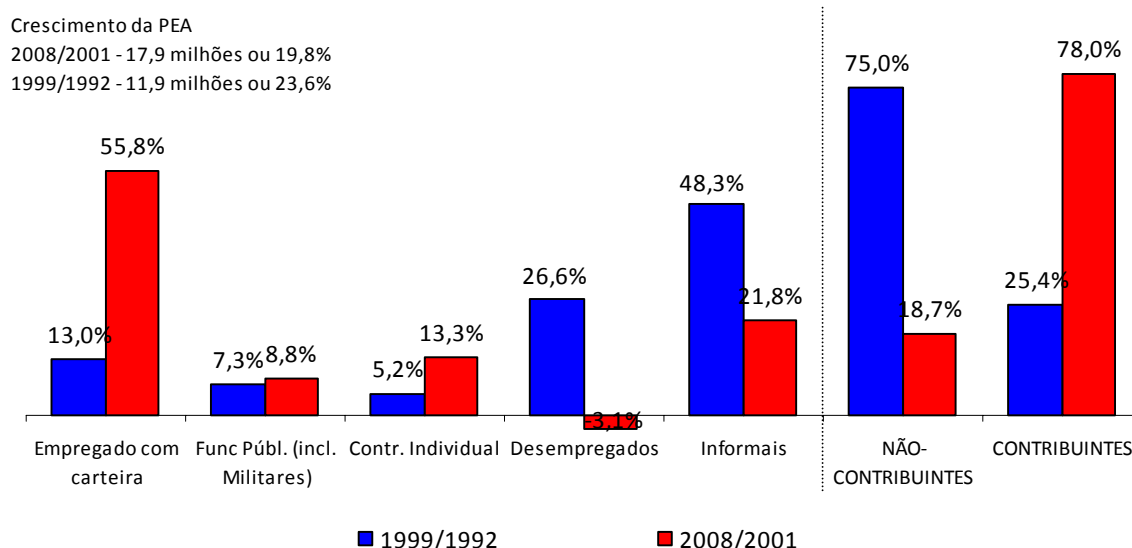
Como pode ser observado por estes números, os cidadãos brasileiros cobertos pela previdência social, em 2008, representavam quase 60% da PEA, ou 55,9 milhões de pessoas, o que revela a continuidade da expansão desta cobertura observada desde 2002. Mais uma vez, o responsável por tal crescimento foi o resultado positivo dos empregos com carteira assinada, cujo alcance passou de 30% para 35,7% da PEA, ou de 22,2 para 33,4 milhões de pessoas entre os anos de 2001 e 2008. Merece destaque também a queda do percentual de desocupados, que em 2008 apresentou o menor valor da década. Observa-se ainda a lenta, mas persistente, queda do percentual de trabalhadores que não contribuem para a previdência social, em suas diversas

modalidades contributivas. Em números absolutos, os informais representavam em 2008 31,1 milhões de pessoas.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do crescimento da PEA nas duas últimas décadas (1992-1999 e 2001-2008), segundo as diversas posições ocupacionais dos indivíduos.

Gráfico 1

Crescimento da PEA segundo posições ocupacionais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs

Obs.: PEA é formada pelos ocupados e desocupados que buscaram uma ocupação e que têm de 16 a 64 anos.

Os resultados apresentados pelo Gráfico 1 mostram a grande disparidade entre a década atual (2001-2008) e a anterior (1992-1999) no que diz respeito à cobertura previdenciária da população, excluindo-se os segurados especiais (agricultores familiares, entre outros).

Na década atual, observa-se que, do total de novos participantes da PEA (17,9 milhões de pessoas), mais de $\frac{3}{4}$ são contribuintes da previdência social. Na década anterior esta proporção era de apenas $\frac{1}{4}$. A elevação recente do número de contribuintes da previdência deve-se ao aumento expressivo do emprego com carteira, o qual responde por mais da metade do crescimento da PEA na década atual. Ou seja, dos quase 18 milhões de novos participantes da PEA no período, 9 milhões são empregados formais. Este crescimento de contribuintes da previdência deve-se ainda ao aumento do número de contribuintes individuais do sistema, grupo em que se incluíam mais de 13% dos ingressantes na PEA em 2008.

A Tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição da PEA segundo a situação de ocupação e de contribuição para a previdência dos indivíduos, e pela localização de seu domicílio (urbano ou rural, sendo a localização urbana dividida entre metropolitana e não metropolitana). Ressalte-se que são consideradas áreas metropolitanas apenas as nove regiões metropolitanas originais da PNAD.

Tabela 2

Distribuição da PEA segundo o domicílio e *status* de ocupação em anos selecionados
(Em %)

Domicílio	Status	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Urbano metropolitano	Contribuinte	53,0	51,8	52,7	53,1	53,4	55,0	56,4	58,2
	Não contribuinte	34,3	35,3	33,6	33,7	33,6	33,2	32,6	32,4
	Desocupado	12,7	13,0	13,8	13,1	13,0	11,8	10,9	9,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total ¹	24.829	25.834	25.998	26.924	27.857	28.198	28.764	29.263
Urbano não metropolitano	Contribuinte	46,7	46,4	46,8	47,9	48,8	50,3	52,2	53,9
	Não contribuinte	43,8	44,7	43,6	43,5	41,9	41,5	39,7	38,9
	Desocupado	9,5	8,9	9,6	8,5	9,2	8,2	8,1	7,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total ¹	40.764	42.338	43.938	45.242	46.475	47.623	48.342	49.881
Rural	Contribuinte	17,6	17,3	18,3	19,3	20,2	21,9	23,7	25,7
	Não contribuinte	79,7	80,1	79,0	77,7	76,8	74,8	73,3	71,6
	Desocupado	2,7	2,7	2,7	2,9	3,1	3,2	3,0	2,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Contingente total ¹	12.593	12.907	13.096	13.246	13.880	13.556	13.557	13.347
Brasil	Contribuinte	44,0	43,5	44,1	45,1	45,8	47,5	49,3	51,2
	Não contribuinte	46,6	47,3	46,0	45,7	44,8	43,9	42,5	41,6
	Desocupado	9,4	9,2	9,8	9,1	9,5	8,6	8,3	7,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total da PEA ¹	78.185	81.078	83.032	85.412	88.211	89.377	90.662	92.491

Fonte: Microdados das PNADs

Nota: ¹ em mil.

A partir destes dados verifica-se a redução do percentual de desocupados, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, ao longo desta década. Para o Brasil como um todo, os desocupados caíram de 9,8% da PEA em 2003 para 7,3% em 2008. Com relação ao percentual de contribuintes, também observa-se sua elevação nos meios urbano e rural, a qual tem sido contínua desde 2002. O corolário disto é que a participação dos não contribuintes na PEA tem-se reduzido ao longo dos anos. Vale ressaltar que em 2008 os não contribuintes do meio rural ainda representavam 71,6% da PEA. Contudo, grande parte destes indivíduos enquadra-se como segurado especial da previdência social, estando, portanto, coberta.

A próxima tabela apresenta a cobertura previdenciária da população brasileira idosa. Os dados referem-se tanto a domicílios habitados por idosos, quanto a indivíduos nesta condição – pessoas de 60 anos ou mais.

Tabela 3

Idosos e Domicílios com Idosos de 60 anos ou mais que recebem aposentadoria ou pensão, ou que continuam contribuindo para algum regime – 2001 a 2008

(Em %)

Ano	Pessoas		Domicílios	
	sem norte rural	com norte rural	sem norte rural	com norte rural
2001	81,3		88,7	
2002	81,5		88,5	
2003	81,9		89,2	
2004	81,2	81,2	88,5	88,5
2005	82,0	82,0	89,0	89,0
2006	80,8	80,7	87,4	87,3
2007	80,8	80,6	87,7	87,5
2008	81,8	81,7	88,5	88,4

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs

Os percentuais referem-se a idosos que recebem benefícios previdenciários ou, no caso de não os receberem, que contribuem para a previdência social. Observa-se aqui que, excluindo-se a população rural da região Norte¹², houve uma certa recuperação da cobertura dos idosos em 2008, relativamente aos dois anos anteriores. Esta recuperação levou a cobertura previdenciária a alcançar 81,8% do grupo populacional em questão, ou 17,1 milhões idosos, retornando ao patamar observado no ano de 2003. Os domicílios onde há ao menos um idoso coberto representam 88,5% de domicílios cobertos em 2008, percentual semelhante ao de 2004, que é, entretanto, ainda inferior ao pico observado em 2003 (89,2% dos domicílios com idosos).

Estes números revelam uma importante melhoria da cobertura dos idosos no país. Não obstante, um em cada cinco brasileiros, ou 3,8 milhões de pessoas com mais de 60 anos, não conta ainda com cobertura previdenciária, o que evidencia a necessidade de novos esforços tendo em vista a ampliação da proteção social da população desta faixa etária.

Redução da Pobreza

Um importante papel destinado a qualquer sistema de previdência social é o de favorecer a redução da pobreza de seus beneficiários, principalmente entre os idosos. O objetivo desta seção é analisar o grau de sucesso conseguido pelo sistema previdenciário brasileiro nesta tarefa. Para esta análise calcula-se o número de pessoas

¹² A partir de 2004 a PNAD passa a cobrir a área rural da região Norte do país. Para poder ser feita a comparação com dados anteriores a este ano, fizemos sempre a cobertura com e sem a área rural da região Norte do país.

que seriam enviadas para baixo das linhas de pobreza e de indigência, caso fossem suspensos todos os benefícios previdenciários atualmente pagos. Os resultados, em valores absolutos e em percentuais, encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4

Pobreza e indigência sem e com benefícios previdenciários

Ano	Indigentes				Pobres			
	sem benefício	com benefício	queda em p.p	População	sem benefício	com benefício	queda em p.p	População
2001	14,33	6,35	7,98	13.326.398	26,79	17,17	9,62	16.069.726
2002	14,29	6,08	8,21	13.954.552	28,07	18,08	9,99	16.967.463
2003	18,25	8,94	9,31	16.030.990	35,63	24,69	10,94	18.831.870
2004	17,69	9,01	8,68	15.394.911	35,76	25,15	10,61	18.807.839
2005	18,53	9,66	8,87	16.016.375	37,69	27,07	10,62	19.193.468
2006	19,30	10,21	9,09	16.556.207	39,22	28,21	11,02	20.053.148
2007	20,45	11,02	9,44	17.263.345	40,59	29,33	11,26	20.597.703
2008	20,19	10,74	9,45	17.394.259	40,56	29,18	11,38	20.948.836

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNADs

Nota: Foram consideradas indigentes e pobres as pessoas que viviam com menos de $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo domiciliar *per capita*.

Os cálculos revelam que, se fossem retirados todos os benefícios previdenciários atualmente pagos pela previdência social, a população de indigentes cresceria, no ano de 2008, em mais de 17 milhões de indivíduos; e o de pobres, em quase 21 milhões. O percentual de indigentes praticamente dobraria, passando de 10,74% para 20,19% da população, enquanto o percentual de pobres subiria em mais de um terço, passando de 29,18% para 40,56%. Esses números mostram a importância da proteção previdenciária no combate à indigência e à pobreza no Brasil.

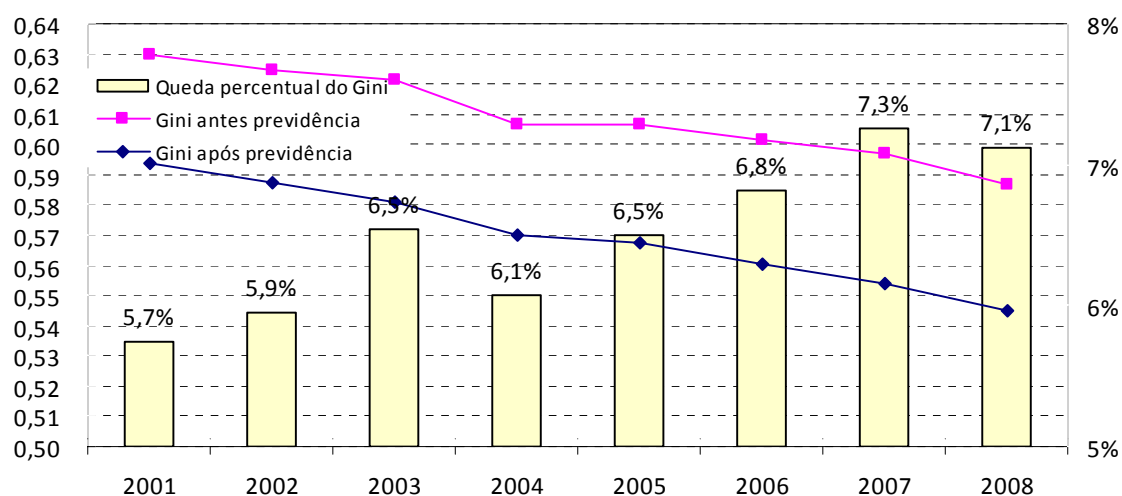
Desigualdade de Renda

Por ter o maior orçamento individual entre as políticas públicas, e por atingir grande número de pessoas, o pagamento de benefícios previdenciários produz impactos relevantes na distribuição de renda de qualquer sociedade contemporânea. O objetivo desta seção é avaliar em que medida o sistema previdenciário brasileiro contribui para a melhoria ou piora da distribuição da renda pessoal no país.

Pelo Gráfico 2, constata-se que, se as transferências de renda da previdência social fossem eliminadas, a concentração de renda no Brasil, medida através do clássico índice de Gini, seria ainda maior. O elevado coeficiente de Gini resultante desta hipótese contrafactual reforça a tese que afirma a importância da existência de um sistema previdenciário público, para efeito da redução da desigualdade de renda entre os indivíduos e famílias, numa mesma sociedade.

Gráfico 2

Índice de Gini e redução porcentual da desigualdade antes e depois do pagamento de aposentadorias e pensões.



Fonte: Disoc/Ipea com base nos microdados das PNADs

Os dados do Gráfico 2 mostram que a redução do coeficiente de Gini em 2008 foi de 7,1%, o que evidencia o papel dos benefícios previdenciários na redução da desigualdade da distribuição pessoal da renda.

Outra forma de se medir o poder distributivo dos benefícios previdenciários é por meio da decomposição da renda domiciliar *per capita* e da análise específica do papel exercido pela parcela da renda oriunda de aposentadorias e pensões oficiais (para uma descrição do método de decomposição da renda domiciliar *per capita* e análise do papel de cada uma de suas componentes, ver o texto sobre Desigualdade de Renda desta mesma série de comunicados sobre a PNAD 2008).

Para se estimar o impacto dos benefícios previdenciários na distribuição de renda, há que se ter em conta que o sistema de previdência social no Brasil é formado por diferentes regimes obrigatórios: o regime geral de previdência social (RGPS) – dos trabalhadores do setor privado; e os regimes próprios de previdência social (RPPS) – dos servidores públicos (municipais, estaduais e federais). A PNAD, contudo, não separa os beneficiários dos diversos RPPS dos do RGPS, o que nos obriga a alguns ajustes na realização deste exercício. Assim, para medir o poder distributivo do RGPS, calculou-se o impacto dos benefícios no valor de até um salário mínimo (SM). Dado que mais de dois terços dos benefícios pagos por este regime estão nesta faixa, é possível restringir a análise a este grupo, mantendo-se a certeza de que os indivíduos nele contabilizados são majoritariamente beneficiários do RGPS.

Tabela 5

Coeficiente de concentração de benefícios previdenciários e índice de Gini da renda domiciliar *per capita* - Brasil

Ano	Benefícios Previdenciários		Gini
	Até 1 SM	Total	
2001	0,09	0,60	0,59
2002	0,08	0,59	0,59
2003	0,11	0,59	0,58
2004	0,12	0,60	0,57
2005	0,13	0,59	0,57
2006	0,15	0,58	0,56
2007	0,13	0,57	0,55
2008	0,13	0,57	0,55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs

A Tabela 5 mostra os coeficientes de concentração dos benefícios previdenciários de até 1 SM (1ª coluna); os coeficientes referentes à totalidade dos benefícios previdenciários (2ª coluna); e o índice de Gini apurado, para cada ano (3ª coluna). Os coeficientes de concentração inferiores ao índice de Gini indicam que os benefícios pagos contribuem para a redução da desigualdade de renda; já os coeficientes de concentração superiores indicam que os benefícios aumentam a desigualdade de renda.

Pode-se concluir, pelos resultados apresentados acima, que, em todos os anos analisados, os benefícios previdenciários de até 1 SM – basicamente os do RGPS – têm atuado positivamente na redução da desigualdade pessoal de renda entre os trabalhadores brasileiros. Mas o mesmo não pode ser dito com respeito ao conjunto de todas as aposentadorias e pensões pagas no país – isto é, a soma dos benefícios de 1 salário mínimo com os demais. O coeficiente de concentração deste total é superior ao índice de Gini em quase todos os anos analisados, o que significa que parte dos benefícios pagos tem afetado negativamente a distribuição de renda no país. Pode-se atribuir este efeito principalmente aos RPPSs, que, apesar de cobrirem um número menor de pessoas, relativamente ao RGPS, pagam benefícios, na média, maiores que este.

Considerações finais

Por representar o maior montante de gasto do orçamento federal, a previdência social atrai muita atenção. Todos os seus números são gigantescos, dezenas de milhões de beneficiários, outros tantos milhões de contribuintes, centenas de bilhões de reais utilizados no pagamento de benefícios todos os anos e por aí vai.

Os dados apresentados pela PNAD de 2008 e sua comparação com algumas anteriores mostram a continuação da melhoria da situação previdenciária do país, no tocante à cobertura do mercado de trabalho e da população idosa, redução da pobreza e melhoria na distribuição da renda.

Com relação à cobertura previdenciária da PEA, o ano de 2008 mostrou-se o melhor de toda a década atual. Os dados da PNAD mostram que 60% da PEA encontram-se cobertos por algum regime previdenciário e que mais de 50% da PEA são contribuintes do sistema previdenciário. Por outro lado, o percentual de trabalhadores informais, apesar de ser o menor de toda a década (33,2%), ainda é bastante alto. Em números absolutos, a PNAD 2008 mostrou que há ainda mais de 31 milhões de trabalhadores informais no Brasil. Apesar da melhoria da cobertura previdenciária da população trabalhadora, ainda há um grande, e necessário, caminho a se percorrer para ampliá-la.

No tocante à população idosa, os números mostram a recuperação do percentual de idosos cobertos (beneficiários e/ou contribuintes) pela previdência social. Em 2008, o percentual de cobertura alcançou mais de 81% da população nesta faixa etária. Observando por outra ótica, a dos domicílios onde há ao menos um idoso coberto, alcançou-se mais de 88% de cobertura em 2008. Números que realmente impressionam, mas não podemos esquecer que por mais que a cobertura possa ser considerada excelente, há 3,8 milhões de idosos que não contam com a proteção da previdência social.

Avançando na análise da PNAD, tem-se seu papel de redutor da pobreza/indigência e da desigualdade de renda. Os dados mostram que caso fossem retirados todos os benefícios pagos pela previdência social, o número de pobres e indigentes cresceria muito. O que apenas reforça o papel dos benefícios previdenciários no combate à pobreza no país. É fato comprovado que a pobreza tem uma incidência muito menor na população idosa graças aos benefícios previdenciários (e também aos assistenciais). No que tange à desigualdade de renda, também na hipótese de retirada dos benefícios, foi visto que o índice de Gini mostraria a renda mais concentrada no país. Fazendo a análise via coeficiente de concentração, foi mostrado também que os benefícios de 1 SM de valor são responsáveis pela redução da desigualdade de renda, enquanto os benefícios de demais valores contribuem para sua piora.

No que tange à desigualdade de renda, também na hipótese de retirada dos benefícios, foi visto que o índice de Gini mostraria a renda mais concentrada no país. Fazendo a análise via coeficiente de concentração, foi mostrado também que os benefícios de 1 SM de valor são responsáveis pela redução da desigualdade de renda, enquanto os benefícios de demais valores contribuem para sua piora.